# ARTICULAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA A MELHORIA DOS INDICADORES PROFISSIONAIS[1]

Dayse Cristina de Moura Galdino [2]
Maria José de Araújo [3]

## INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta uma proposta de investigação e de intervenção socioeducativa desenvolvida na Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues, em Açu/RN, com foco na articulação entre família e escola como estratégia para a melhoria dos indicadores educacionais. Parte-se do pressuposto de que o desempenho escolar não se limita às práticas pedagógicas, sendo influenciado também por fatores sociais, familiares e institucionais.

A proposta estrutura-se em duas dimensões complementares: (1) ações socioeducativas voltadas às famílias de adolescentes, para fortalecer vínculos e promover corresponsabilidade no acompanhamento escolar; e (2) investigação junto à equipe escolar, para compreender as condições de trabalho, os desafios pedagógicos e os fatores que impactam o clima institucional. Adota-se uma abordagem qualitativa, participativa e dialógica, com rodas de conversa, dinâmicas participativas, Gráfico da Família e entrevistas semiestruturadas.

Esperam-se, como resultados, o fortalecimento da relação família-escola, a melhoria do acompanhamento escolar, o aumento do engajamento e da frequência e um diagnóstico fundamentado sobre os fatores que influenciam os indicadores da instituição, além da sistematização de tecnologias sociais participativas com potencial de replicação em outros contextos.

A educação brasileira enfrenta desafios históricos relacionados à garantia da aprendizagem, à valorização profissional e à consolidação de políticas públicas de qualidade. Embora os indicadores revelem avanços na educação básica nas últimas décadas, persistem dificuldades na articulação entre família, escola e comunidade. Tradicionalmente, o sucesso acadêmico foi atribuído quase exclusivamente à competência técnica dos docentes e às

[1] Trabalho executado por meio de financiamento da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN) no âmbito do Programa Assú Mais Científico;
[2] Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: daysemouracontato@gmail.com;
[3] Graduada em Serviço Social pela Faculdade Anhanguera, e-mail: mariajosedearaujo605@gmail.com.

estruturas pedagógicas internas das escolas. Em contraposição, a formação docente é aqui entendida como movimento contínuo de reflexão crítica sobre a prática, de produção coletiva de conhecimento e de ressignificação das experiências vividas no cotidiano da comunidade educacional.

Nesse debate, toma-se como lócus a Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues, no município de Açu, interior do Rio Grande do Norte. A escolha justifica-se pela necessidade de analisar e mitigar gargalos que afetam os indicadores educacionais básicos da região, como evasão, infrequência crônica e defasagem idade-série, problemas frequentemente agravados em contextos socioeconômicos vulneráveis.

O cerne da proposta é a premissa de que a melhoria sustentável dos indicadores só é alcançada com efetiva articulação entre a família e a escola, os dois principais núcleos de socialização e formação dos indivíduos. Nessa perspectiva, a pesquisa-formação constitui referencial teórico-metodológico relevante, pois integra investigação, práticas docentes, família e indicadores, permitindo que a própria comunidade educacional assuma postura investigativa diante de seus desafios. Como o distanciamento entre essas esferas repercute negativamente no engajamento dos educandos, a primeira dimensão do projeto desenvolve ações preventivas e promocionais com as famílias, e a segunda realiza escuta qualificada com os profissionais da escola, a fim de cartografar as condições reais de trabalho e os fatores intraescolares que interferem no cotidiano pedagógico.

Os dados preliminares redirecionaram o olhar para carências da própria instituição, como a falta de professores em disciplinas básicas, a infraestrutura inadequada e o despreparo para a inclusão de alunos com deficiência (PcD), que se somam ao distanciamento familiar relatado nos Conselhos de Classe. O objetivo geral é, portanto, analisar criticamente como esses fatores se articulam e implementar uma tecnologia social participativa de articulação família-escola que contribua para elevar a qualidade da educação pública municipal, entendendo a melhoria dos indicadores como consequência de um processo formativo consistente, e não como finalidade exclusiva das práticas da comunidade escolar.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios da pesquisa-ação participativa e dialógica, caracterizada pelo envolvimento ativo de pesquisadores e sujeitos pesquisados na identificação dos problemas e na elaboração conjunta de estratégias de enfrentamento. O estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Professora Nair Fernandes

Rodrigues, em Açu/RN, e organizado em três etapas empíricas complementares, que oferecem uma visão tridimensional do fenômeno.

A primeira etapa foi documental, com análise de documentos institucionais, registros escolares e relatórios, que permitiram compreender o contexto e as informações já produzidas pela instituição. A segunda foi a investigação institucional, por meio de entrevistas semiestruturadas com educadores, gestores, auxiliares de serviços gerais (ASG), pais, responsáveis e membros do Conselho de Classe, a fim de identificar percepções, experiências e desafios da realidade investigada.

Por fim, desenvolveu-se a intervenção socioeducativa, fundamentada em rodas de conversa, dinâmicas participativas e no Gráfico da Família, que favoreceram a escuta qualificada, o fortalecimento dos vínculos e a produção de informações sobre as relações familiares e escolares, contribuindo para a construção coletiva de estratégias de enfrentamento das demandas identificadas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A parceria entre família e escola tem amplo respaldo jurídico. A Constituição Federal de 1988 (art. 205) estabelece a educação como "dever do Estado e da família", promovida com a colaboração da sociedade, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996, art. 12) determina que as instituições de ensino se articulem com as famílias e a comunidade, criando processos contínuos de integração.

Apesar disso, a materialização dessa relação enfrenta barreiras históricas e culturais. Como aponta Paro (2000), instituiu-se uma visão hierárquica e burocratizada, em que a escola, assumindo superioridade técnica, delega à família um papel periférico. A gestão democrática exige, ao contrário, canais horizontais de comunicação, nos quais os responsáveis deixem de ser meros receptores de queixas ou sanções e passem a partícipes da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP).

A literatura mostra que o envolvimento dos responsáveis associa-se a melhores indicadores, como maior assiduidade e menores taxas de abandono. Polonia e Dessen (2005) ressaltam que família e escola têm funções distintas (à primeira cabem a socialização primária e a transmissão de valores afetivos e éticos; à segunda, o acesso ao conhecimento sistematizado), mas operam sistemas integrados de desenvolvimento humano; quando a interação falha, o aluno vivencia uma ruptura de expectativas que prejudica seu equilíbrio emocional e sua prontidão para a aprendizagem.

Nogueira (2006) mostra, na sociologia das relações família-escola, que o capital cultural e as estratégias de investimento das famílias variam conforme a classe social. Nos meios populares, a participação é limitada por jornadas extensas de trabalho, falta de transporte e intimidação diante da linguagem escolar; assim, o suposto desinteresse, rotulado como "omissão", deve ser compreendido à luz das carências estruturais dessas famílias.

Compreender os indicadores exige também examinar criticamente a própria instituição. Segundo Arroyo (2011), o trabalho docente vive acentuada precarização, marcada por baixos salários e pela ausência de condições estruturais mínimas (salas deterioradas, falta de laboratórios, bibliotecas desatualizadas), o que desmotiva professores e alunos. Castro e Regattieri (2010) acrescentam que a falta crônica de professores em disciplinas fundamentais, como Língua Portuguesa e Matemática, gera descontinuidade pedagógica, sobrecarrega a equipe e dificulta o planejamento coletivo e os vínculos com a comunidade, fragilizando o clima institucional.

No campo da inclusão, a Política Nacional de Educação Especial (2008) assegura o direito à educação de alunos com deficiência (PcD). Mantoan (2003) adverte, contudo, que incluir não se resume à matrícula: exige reestruturação do ambiente, recursos de acessibilidade e profissionais com formação especializada. A falta de formação continuada e de professores mediadores preparados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deixa os docentes impotentes e desamparados, o que frequentemente resulta na exclusão prática do estudante PcD dentro da própria sala e afeta os indicadores de equidade e qualidade.

Para mapear o histórico pedagógico e o comportamento dos estudantes, realizou-se pesquisa documental retrospectiva nas atas do Conselho de Classe dos últimos períodos letivos, extraindo dados qualitativos recorrentes sobre rendimento, comportamento, assiduidade e justificativas da equipe para o desempenho insatisfatório das turmas.

Foram realizadas, ainda, entrevistas semiestruturadas com professores regentes, coordenadores pedagógicos e direção, organizadas em três eixos:

1. Condições de trabalho, carga horária e saúde docente;
2. Desafios pedagógicos (falta de professores substitutos e infraestrutura física);
3. Formação para o atendimento de alunos PcD e participação das famílias no cotidiano da escola.

Paralelamente, foram promovidos encontros presenciais com pais e responsáveis por adolescentes matriculados na escola, com os seguintes recursos:

- Rodas de Conversa e Dinâmicas Participativas: espaços horizontais de discussão sobre afetividade, limites, sexualidade e práticas educativas no contexto familiar.

- Gráfico da Família: instrumento visual de base sistêmica em que os responsáveis desenham o organograma de suas rotinas domésticas, favorecendo a autopercepção sobre o tempo e a qualidade do acompanhamento aos estudos dos filhos.

Os dados (transcrições das entrevistas, relatórios dos encontros e atas) foram categorizados pela Técnica de Análise de Conteúdo Temática, originando os núcleos de discussão apresentados adiante.

A proposta de intervenção estruturou-se em duas dimensões operacionais complementares, que dialogam com as demandas identificadas na literatura e no contexto local. A primeira, Ações Socioeducativas Familiares, voltou-se às famílias e aos responsáveis pelos adolescentes, com rodas de conversa, dinâmicas grupais e Gráfico da Família, discutindo relações afetivas, limites, sexualidade na adolescência e corresponsabilidade no processo educativo. A segunda, Investigação do Clima Escolar, dirigiu-se a professores, coordenação e direção, com entrevistas semiestruturadas e grupos de escuta pedagógica sobre condições de trabalho, desafios pedagógicos e clima institucional. A articulação entre ambas integrou as perspectivas das famílias e dos profissionais na construção de estratégias para um ambiente escolar mais participativo e acolhedor.

A primeira dimensão foca o fortalecimento dos vínculos intrafamiliares e da corresponsabilidade na trajetória escolar. A adolescência, período de intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais, demanda novas formas de suporte familiar, equilibrando autonomia e monitoramento afetivo.

Os encontros presenciais abordam eixos sensíveis, apontados como pontos recorrentes de conflito ou dúvida entre os responsáveis:

- Relações Afetivas e Práticas Educativas no Contexto Familiar: estilos parentais e canais de diálogo não violentos e empáticos no ambiente doméstico.
- Acompanhamento da Rotina Escolar: desmistificação do papel da família, cuja participação envolve ações cotidianas, como interesse pelo dia a dia do jovem, organização de horário de estudos e valorização da escola.
- Sexualidade e Juventude: orientação para o diálogo aberto sobre prevenção, mudanças corporais e respeito à diversidade, em articulação com os temas transversais da escola.

A segunda dimensão reconhece os profissionais da educação como sujeitos centrais, evitando um viés culpabilizante direcionado às famílias. Por meio de entrevistas, investigam-se as percepções de docentes e gestores sobre:

- Condições de Trabalho e Saúde do Trabalhador: carga horária, recursos didáticos e níveis de estresse e adoecimento docente.
- Desafios Pedagógicos Locais: dificuldades vivenciadas em sala de aula em Açu/RN, como o impacto da vulnerabilidade social sobre a atenção e a assimilação dos conteúdos.
- Clima Institucional: cooperação interna da equipe e abertura da gestão para ouvir e acatar as sugestões do corpo docente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelaram uma realidade complexa na Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues: profundos entraves internos, amplificados pelo distanciamento entre os atores da comunidade escolar, sendo o núcleo familiar frequentemente citado pela ausência permanente de apoio ao desenvolvimento educacional dos adolescentes.

As entrevistas evidenciaram a precarização dos recursos humanos, com falta crônica de professores de Língua Portuguesa e Matemática. A ausência de docentes nesses eixos estruturantes interrompe o cumprimento do currículo e gera lacunas cumulativas de aprendizagem, refletidas nos índices de reprovação e defasagem.

O corpo docente apontou ainda a escassez de formações continuadas alinhadas às demandas reais das salas de aula. O ponto mais crítico é a inclusão: a escola não dispõe de professores capacitados nem de mediadores preparados para alunos PcD, e a falta de formação em educação inclusiva gera frustração e impotência, deixando esses estudantes à margem de um processo efetivo de aprendizagem. No plano material, foram relatadas deficiências na conservação das salas, falta de recursos tecnológicos básicos e escassez de materiais didáticos, o que limita a criatividade docente e desestimula a permanência dos alunos, impulsionando a infrequência.

A análise das atas dos Conselhos de Classe revelou, de forma recorrente, acentuada distância afetiva e operacional entre pais e alunos: grande parcela dos responsáveis não acompanha as tarefas domésticas, desconhece a assiduidade dos adolescentes e não comparece às convocações pedagógicas, deixando os discentes sem referencial de cobrança e suporte emocional.

Em síntese, a análise evidenciou fatores institucionais e sociofamiliares que comprometem diretamente os indicadores. No âmbito institucional, destacam-se a insuficiência de professores em áreas fundamentais, a precariedade da infraestrutura, a ausência de acessibilidade e de suporte a estudantes com deficiência e a limitada formação continuada. No

contexto sociofamiliar, observam-se o distanciamento afetivo e operacional dos responsáveis, a ausência de rotinas de monitoramento das atividades escolares e o descompasso de expectativas entre família e escola quanto aos seus papéis.

A interação desses fatores manifesta-se em baixo rendimento, evasão, infrequência e dificuldades de aprendizagem, o que torna necessárias ações integradas que fortaleçam tanto as condições institucionais da escola quanto os vínculos entre família e comunidade escolar, por meio de estratégias de corresponsabilização e acompanhamento.

À luz de Arroyo (2011), o Estado, ao falhar no provimento de professores e de infraestrutura dignos, assume papel central na produção do fracasso escolar: a ausência de docentes de Língua Portuguesa e Matemática fere o direito constitucional ao conhecimento sistematizado, e o aluno, privado de aulas regulares, perde o sentido de pertencimento e o estímulo para frequentar a escola. Do mesmo modo, ao descuidar da contratação e da capacitação de profissionais para o atendimento de alunos PcD, a instituição perpetua uma exclusão velada e, em vez de instrumento de equidade, opera como vetor de expulsão dos estudantes mais vulneráveis.

No que se refere ao respeito aos estudantes, Paulo Freire, no subcapítulo "Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos", enfatiza que a escola precisa dialogar estreitamente com os alunos, valorizando e partindo do conhecimento prévio que trazem de sua vivência na comunidade.

Por outro lado, os dados dos Conselhos de Classe indicam que o distanciamento familiar remove a rede de proteção subjetiva do adolescente. Como aponta Nogueira (2006), o acompanhamento dos pais atua como uma espécie de estaiamento invisível que confere peso e relevância social ao ato de estudar. Quando os pais se afastam afetiva e operacionalmente, gera-se um vácuo de autoridade e suporte: o jovem passa a perceber a escola como uma obrigação indiferente ao seu núcleo familiar, o que se traduz em apatia, desinteresse e, eventualmente, indisciplina, com impacto direto no rendimento e na assiduidade.

Em *Pedagogia da Indignação* (primeira Carta Pedagógica), Paulo Freire expressa preocupação com famílias que confundem liberdade com falta de limites: “A mim me dá pena e preocupação com famílias que experimentam a ‘tirania da liberdade’ em que as crianças podem tudo: gritam, riscam as paredes, ameaçam as visitas em face de autoridade complacente dos pais...”. Embora critique a falta de autoridade coerente dos pais, o foco do autor está na formação ética e comportamental da criança, e não no desempenho acadêmico como agravante isolado.

Freire defende ainda, no trecho "Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade", que direção e professores exerçam autoridade democrática e mantenham canais permanentemente abertos com alunos, famílias e comunidade escolar. Conclui-se que os indicadores educacionais deficitários resultam de um efeito cumulativo e simbiótico entre as duas instâncias:

1. O estudante encontra uma escola com infraestrutura inadequada e sem professores regulares de Português e Matemática, o que reduz seu ganho cognitivo real;

2. Em casa, depara-se, na maioria das vezes, com um ambiente familiar fragilizado, marcado pelo distanciamento afetivo e pela ausência de monitoramento de sua rotina escolar;

3. Sem suporte pedagógico consistente da instituição e sem suporte motivacional e de cobrança da família, o adolescente entra em um fluxo de desengajamento que deságua na repetência e na evasão escolar.

Logo, reverter esses indicadores exige uma abordagem bidirecional: não basta suprir o quadro docente se as famílias permanecerem distantes, nem se pode exigir acompanhamento exemplar de pais vulneráveis se a escola não oferece a estrutura física e humana garantida por lei.

A pesquisa-formação recorre também à narrativa das histórias de vida dos estudantes na comunidade escolar, trazendo suas percepções, valores e ideias sobre as experiências vividas. Para Freire, o que prejudica o desempenho são as desigualdades sociais e as estruturas opressivas (a fome, a falta de estrutura e o descaso do poder público); em obras como *Política da educação* e *A sombra desta mangueira*, ele reforça que a escola não deve julgar o contexto familiar das classes populares, mas acolher seus saberes e sua realidade viva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre a família e a escola não deve ser encarada como utopia pedagógica ou mero cumprimento burocrático de determinações legais, mas como estratégia política e pedagógica indispensável à consolidação de uma educação pública de qualidade, inclusiva e democrática. O trabalho demonstrou que as barreiras que apartam essas duas esferas podem ser superadas com metodologias participativas, horizontais e dialógicas, que valorizem os saberes de cada ator social.

Ao analisar as vozes de diretores, educadores, ASG, pais, responsáveis e representantes do Conselho de Classe, o estudo evidenciou que os baixos indicadores da Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues decorrem de uma via de mão dupla: as severas carências

institucionais (falta de professores de disciplinas básicas, ausência de formação em educação inclusiva para PcD e infraestrutura inadequada) associam-se ao distanciamento afetivo e operacional das famílias em relação à vida escolar dos adolescentes.

Romper com a culpabilização mútua exige investimentos públicos urgentes em infraestrutura física e formação continuada, combinados a tecnologias sociais participativas que tragam as famílias de volta ao núcleo das decisões pedagógicas. Espera-se que a proposta subsidie políticas públicas integradas em Açu/RN, fortalecendo a escola pública como espaço coletivo de transformação e desenvolvimento regional. A adesão e os resultados obtidos nas ações evidenciam, ainda, a importância de projetos que ofereçam apoio e amparo à comunidade escolar, com um olhar de cuidado voltado tanto aos estudantes quanto aos profissionais da instituição.

Compreende-se, por fim, a articulação família-escola como processo contínuo, e não como ação pontual ou restrita aos momentos de dificuldade, que requer diálogo permanente, escuta sensível e participação efetiva dos sujeitos da comunidade escolar. A melhoria dos indicadores depende de uma perspectiva integrada, que considere as condições estruturais da escola, a valorização dos profissionais, a inclusão dos estudantes com deficiência e a participação das famílias. A parceria família-escola não substitui a responsabilidade do poder público pela garantia de condições adequadas de ensino, mas é dimensão fundamental para ampliar o pertencimento, o acompanhamento e o compromisso coletivo com a aprendizagem. Espera-se que a experiência estimule novas ações e pesquisas voltadas a uma escola pública mais democrática, inclusiva e participativa.

## REFERÊNCIAS


ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Acesso em: 2 ago. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Acesso em: 2 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Acesso em: 3 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Acesso em: 15 ago. 2025.

CASTRO, Jane Margareth de; REGATTIERI, Marilza (org.). **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. Brasília, DF: UNESCO; Ministério da Educação, 2010. Acesso em: 18 ago. 2026.

ENSINAR não é transferir conhecimento – **Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire**. [Vídeo]. YouTube, [s.d.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vrwLeUwP4ho. Acesso em: 4 set. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Acesso em: 4 set. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Acesso em: 3 set. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Acesso em: 10 ago. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Como o IDEB mudou a educação no Brasil? | PODMEC Especialistas EP 02**. YouTube, [s.d.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c-hEyBBuEjY. Acesso em: 7 set. 2026.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, v. 31, n. 2, p. 55-70, 2006. Acesso em: 1 ago. 2026.
PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000. Acesso em: 12 ago. 2026.

POLONIA, Ana Maria; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma conceituação para a relação família-escola. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 15, n. 30, p. 99-112, 2005. Acesso em: 13 ago. 2026.